

	Consulados de 2.ª classe	Abono mensal
Baía		1.200\$00
Barcelona		1.500\$00
Boston		2.500\$00
Génova		3.300\$00
Hong-Kong		2.000\$00
Léopolville		2.000\$00
Liverpool		1.500\$00
Manaus		1.500\$00
Manila		2.000\$00
Marselha		2.000\$00
Pará		1.500\$00
Pernambuco		1.500\$00
Rabat		2.000\$00
Santos		2.000\$00
Vigo		1.600\$00

Consulados de 3.ª classe

Bangkok		2.000\$00
Belo Horizonte		1.500\$00
Cantão		2.000\$00
Cardiff		1.700\$00
Durban		1.100\$00
Gotemburgo		1.800\$00
Joanesburgo		1.500\$00
Nairobi		2.000\$00
Porto Alegre		1.500\$00
Singapura		2.000\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16 de Fevereiro de 1951.— O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha*.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares**Aviso**

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica a Embaixada da França, o Governo Britânico aderiu em 12 de Dezembro de 1950, e relativamente aos territórios ultramarinos dependentes abaixo indicados, à Convenção relativa às exposições internacionais, assinada em Paris em 22 de Novembro de 1928, e ao Protocolo de 10 de Maio de 1948 que modifica a mesma Convenção:

Aden (só a colónia de Aden, com exclusão de Camarão e do Protectorado de Aden), Barbados, Guiana Britânica, Honduras Britânicas, Brunei, ilhas Falkland, Fidji, Gambia, Gibraltar, Costa do Ouro, Hong-Kong, ilhas Sotavento, Federação Malaia, Malta, Maurícia, Nigéria, Bornéu do

Norte, Rodésia do Norte, Niassalândia, Sarawak, Santa Helena, Seychelles, Serra Leoa, Singapura, Protectorado da Somalilândia, Território de Tangântica, Trindade e Tobago, Uganda, Pacifico Ocidental, ilhas Barlavento, Zanzibar.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 9 de Fevereiro de 1951.— O Director-Geral, *José Augusto Correia de Barros*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**Serviço Meteorológico Nacional****Despacho**

Usando da faculdade conferida pelo artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 35:836, de 29 de Agosto de 1946, determino o seguinte, para assegurar a execução do disposto no artigo 34.º do mesmo decreto-lei:

1.º O trabalho normal do pessoal técnico e auxiliar do Serviço Meteorológico Nacional que estiver colocado nos estabelecimentos externos terá a duração de quarenta e duas horas por semana.

2.º Os horários de trabalho do pessoal de cada estabelecimento serão fixados atendendo às necessidades e conveniências do serviço, com a aprovação do director-geral.

3.º É aplicável ao pessoal do Serviço Meteorológico Nacional o disposto no § único do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 36:619, de 24 de Novembro de 1947.

4.º O tempo máximo obrigatório de estadia do pessoal técnico superior nos centros meteorológicos de Santa Maria e do Sal é, respectivamente, de trinta e de vinte e quatro meses, a não ser que as circunstâncias não permitam a sua substituição. O mesmo limite de tempo é aplicável, nas mesmas condições, ao pessoal não superior que tenha sido recrutado fora do respectivo arquipélago.

5.º Os funcionários que desejarem que lhes seja aplicado o disposto no número anterior deverão requerê-lo com dois meses de antecedência sobre a data a partir da qual desejam ser substituídos.

Ministério das Comunicações, 13 de Fevereiro de 1951.— O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.